



Apoios Agricultura 2026

A situação actual da grande maioria dos agricultores é muito difícil, os prejuízos causados pelas intempéries do início do ano, em conjunto com os aumentos dos custos dos factores de produção, agravaram, e muito, a já difícil situação financeira de milhares de pequenas e médias explorações. Os apoios tardam a chegar e os agricultores sentem-se abandonados e defraudados por um Governo que, desde a primeira hora, prometeu que tudo seria diferente e que as ajudas iriam chegar de forma célere e sem grandes complicações. Seis meses depois da tempestade Kristin ter ocorrido a promessa ficou por cumprir. Assim, a CNA considera:

1. Apoio intempéries 2026

Ajuda Simplificada: foi uma má opção o Governo não ter ouvido a CNA e não ter aumentado o valor máximo desta ajuda para os 15 000€. Na fase em que nos encontramos é mais do que urgente e justo que os apoios cheguem aos agricultores. Claramente, a falta de meios nas CCDR's tem atrasado todo o processo. A CNA exige o pagamento imediato de todos os apoios. Exige-se também, até por uma questão de transparência, que todas as CCDR's envolvidas publiquem a evolução da análise e pagamento dos pedidos. Esconder o número das candidaturas entradas, analisadas e pagas, só pode ter como objectivo dificultar o normal escrutínio da acção governativa e impedir que se conheça o verdadeiro atraso nos pagamentos destes apoios.

Apoios PEPAC: é preciso urgência na conclusão das análises, estabelecer um prazo para que os apoios sejam pagos e previsibilidade.

Recordamos que, na maioria das situações, os agricultores já reconstruíram, já gastaram o dinheiro, mas continuam à espera de receber o que lhes foi prometido.

Reserva agrícola da União Europeia (UE): a Comissão Europeia atribui a Portugal 30 milhões de euros para apoiar os agricultores afectados e é dada a possibilidade ao Governo de aumentar em 200% a verba atribuída. Sobre estes apoios nada se sabe, o Ministério da Agricultura não apresentou qualquer proposta e, mais uma vez, os agricultores portugueses continuam à espera.



2. Aumento dos custos dos factores de produção: Ajudas Nacionais

Combustíveis: o Governo criou uma medida de apoio de 10 cêntimos por litro nas semanas em que o valor médio do preço do gasóleo agrícola estiver 10 cêntimos acima do valor da semana de referência. Esta medida, que também ainda não foi paga na totalidade (o Ministério da Agricultura informou que pagaria a 30 de Julho), tem uma dotação global de 10 milhões de euros. Se se tiver em conta os consumos médios semanais de gasóleo na agricultura, os agricultores portugueses terão visto aumentar a factura energética em mais de 50 milhões de euros desde que começou a guerra contra o Irão. O valor do apoio fica muito aquém dos aumentos dos custos.

Fertilizantes: após o início da guerra, os preços dos fertilizantes tiveram ainda mais aumentos, em algumas situações superiores a 40% (recorde-se que esta era já uma tendência resultante das sanções aplicadas à Rússia e à Bielorrússia). O Governo criou uma medida com um montante global de 20 milhões de euros que ainda não tem sequer previsão de pagamento. Os valores destes apoios, comparados com os atribuídos em Espanha, são três vezes inferiores por ha, o que deixa, desde logo, os agricultores portugueses numa situação ainda mais desfavorável em relação àqueles que são os seus concorrentes mais directos.

3. Aumento dos custos dos factores de produção: Ajudas Europeias

A Comissão Europeia estabeleceu um pacote de medidas a definir por cada Estado-membro: Intervenção FEADER de apoio à liquidez (até 17,64 milhões de euros), Reforço dos pagamentos directos relativos a 2027 (até 162,165 milhões de euros) e activação da reserva agrícola, no caso português até um valor de 9,4 milhões de euros, para compensar as perdas económicas dos agricultores pelos impactos da guerra no Médio Oriente.

É importante referir que, excepto o montante da reserva agrícola, não se trata de verbas extraordinárias. No caso da medida do FEADER o dinheiro terá de provir de cortes em outras medidas do PEPAC e, no caso dos aumentos dos pagamentos directos, vai-se já gastar dinheiro do próximo Quadro Financeiro Plurianual (2028–2034). Outro aspecto importante são os prazos de pagamento. Nenhuma das medidas é imediata. Por exemplo, o aumento dos pagamentos directos poderá chegar aos agricultores apenas em Outubro de 2027. Ainda assim, a CNA considera que dada a situação muito difícil dos agricultores todas as medidas devem ser equacionadas.



A CNA propõe:

- a. Intervenção FEADER de apoio à liquidez: criação de uma medida simplificada de apoio à liquidez com regras de acesso muito simplificadas e distribuição dos apoios idênticas às ajudas já existentes para a manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas, claro que aplicadas a todo o território nacional (zona desfavorecida ou não);
- b. Reforço dos pagamentos directos relativos a 2027: para além do, quase obrigatório, reforço de 85 milhões de euros, para colmatar a não transferência entre pilares e evitar a redução das ajudas aos agricultores, a CNA defende que se vá para além desse valor com o objectivo principal de eliminar os rateios e cortes no pagamento aos pequenos agricultores e no pagamento redistributivo;
- c. Reserva agrícola: esta medida deve ser aproveitada para colmatar os prejuízos de alguns sectores mais afectados, que em ajudas de abrangência mais geral poderão ficar excluídos, devendo também estes apoios ser modulados e plafonados.

Todo este pacote de medidas carece de discussão e acompanhamento. As medidas não podem ser desgarradas, carecem de uma estratégia e interligação que só o próprio Ministro da Agricultura pode garantir.

Como se refere no início deste documento a situação dos agricultores é dramática. Para além dos anúncios e das intermináveis promessas de milhões, o que se exige ao Ministério da Agricultura e ao Governo, é que concretize o que prometeu, que apoie de facto os agricultores e que não os deixe abandonados à sua sorte.

Julho de 2026
A Direcção da CNA